

A “MISSÃO” NA LITERATURA: A REDUÇÃO JESUÍTICA EM “A FONTE” DE O TEMPO E O VENTO

FRANCISCO CARLOS RIBEIRO*

O Sul é um romance vivo, agitado, mas contínuo,
como uma trama una de seguimento ininterrupto.

José Honório Rodrigues

O presente texto é o resultado parcial de minha pesquisa em andamento sobre as relações possíveis entre a história do Rio Grande do Sul e a literatura de Erico Verissimo, em especial sobre a região de Sete Povos das Missões desenvolvida em seu episódio A fonte, de seu romance O continente, de sua trilogia O tempo e o vento.

I

Na primeira metade do século XX, sobreveio no contexto nacional um momento de afirmação de nossa brasilidade, envolto por um sentimento excessivamente nacionalista. Isso ocorreu em meio à Semana de Arte Moderna e durante as comemorações do primeiro centenário de nossa independência política. Durante esse período, a intelectualidade brasileira produziu uma série de obras significativas que procuraram mapear os nossos referenciais culturais como, por exemplo, Retrato do Brasil (1928) de Paulo Prado, Casa-Grande & senzala (1933) de Gilberto

Freyre, *Raízes do Brasil* (1936) de Sérgio Buarque de Holanda e *Formação do Brasil contemporâneo* (1942) de Caio Prado Júnior.

Dentro desse clima de busca pelo melhor entendimento por nossas características em nível nacional, coube à historiografia gaúcha contribuir em nível regional, pela procura dos elos étnicos, políticos e culturais que unissem o Rio Grande do Sul ao Brasil, consolidando assim seus vínculos estaduais ao conjunto da federação.

A produção historiográfica gaúcha esteve concentrada, na virada do século XIX para o XX em compreender as questões históricas relacionadas à formação e à colonização de seu território, buscando desse modo encontrar um suporte para se estabelecerem as características da identidade sociocultural rio-grandense. Nesse contexto de pesquisa, duas matrizes ideológicas se desenvolveram: a lusitana e a platina.

Por matriz lusitana ou luso-brasileira entendemos como sendo aquela que aglutina historiadores que defendem a hegemonia da cultura portuguesa na região sul-rio-grandense, minimizando a influência castelhana na história e sociedade gaúcha. E, por matriz platina ou jesuítico-castelhana, inferimos como sendo aquela que ressalta a importância da região do rio da Prata na formação histórica do Rio Grande do Sul, em especial da participação da região de Sete Povos das Missões nesse processo de formação.

As razões para essa divisão historiográfica se localiza no peculiar desenvolvimento histórico da região, como a sua incorporação tardia ao restante da América Portuguesa, a construção movediça de suas fronteiras e a função periférica de sua economia no cenário nacional conduziram o

Rio Grande do Sul a um processo de conquista, povoamento e exploração diferenciado do restante do Estado brasileiro.

Quanto aos fatores que contribuíram para sua integração tardia pode-se relacionar as suas peculiares condições geográficas, a assinatura do Tratado de Tordesilhas (1494), e principalmente as dificuldades de colocação desse espaço no processo de exploração colonial. Naquele momento a administração metropolitana visava as áreas coloniais que já possuíam uma produção estabelecida com riquezas minerais ou com produtos agrícolas de interesses do comércio europeu.

Em relação as suas fronteiras, a vida rio-grandense sofreu longamente com as tensões provocadas pelas constantes demarcações de seus limites territoriais. O Tratado de Tordesilhas nunca foi respeitado pelos portugueses devido a ação dos bandeirantes, jesuítas e pecuaristas. O Segundo Tratado de Utrecht (1715) estabeleceu que a Colônia de Sacramento pertencesse aos portugueses, mas encontrou resistência dos espanhóis que habitavam a região. Por sua vez, o Tratado de Madrid (1750) determinou que a Colônia de Sacramento pertencesse à Espanha, e a região de Sete Povos das Missões a Portugal. Porém, houve violenta resistência por parte de jesuítas e índios. Com o Tratado de Santo Ildefonso (1777), estabeleceu-se que os espanhóis ficassem com as duas regiões, mas os portugueses se consideraram prejudicados, e não o aceitaram na prática. Finalmente, o Tratado de Badajoz (1801) instituiu que a Colônia de Sacramento ficasse com a Espanha e a região de Sete Povos, com Portugal.

Quanto a função periférica de sua economia, desde o início de sua colonização o Rio Grande foi encarado apenas como um fornecedor de

mão de obra escrava de origem indígena e de produtos alimentícios como o charque e o trigo. Era o “celeiro” que abastecia as regiões canavieiras do Nordeste, as auríferas de Minas Gerais e as cafeiras de São Paulo.

A partir da década de 1920, como afirma Ieda Gutfreind (GUTFREIND, Ieda. **A historiografia rio-grandense**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998, p. 24), podemos observar um esforço historiográfico por parte da sociedade sulina para se “criar uma imagem do Rio Grande do Sul que se assemelhe à do Brasil” (GUTFREIND, Ieda. *Idem*, p. 24). Com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder federal em 1930, esse esforço se tornou uma prioridade. A identidade gaúcha deveria estar reconhecida na identidade brasileira.

Para esse fim, foi criado em 5 de agosto de 1920 o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS), cujo principal objetivo era promover estudos sobre a sociedade e a cultura do Rio Grande do Sul, tendo por objeto de trabalho o seu passado, mas com sua visão voltada para o futuro.

A vertente lusitana sobre a formação histórica do Rio Grande do Sul foi metodicamente desenvolvida a partir dos anos 1920 com a participação de vários autores. Ela manteve uma postura antagonista em relação à obra jesuítica e às possíveis influências castelhanas na cultura gaúcha. Sua tese principal tinha por objetivo demonstrar a legitimidade da influência portuguesa na formação política e cultural sul-rio-grandense desde o início de sua história. Contando com algumas variações de abordagem, que iam desde a admissão de alguma importância da região missioneira na história gaúcha, até a uma declarada vinculação da nacionalidade gaúcha apenas com os bandeirantes e os açorianos, o

discurso da matriz lusitana contou com a filiação do jornalista Aurélio Porto, do militar Emílio Souza Docca e dos advogados Othelo Rosa e Moysés de Vellinho. Nenhum deles, portanto, com formação acadêmica em História, mas com significativa produção historiográfica.

Aurélio Porto é apontado como o iniciador do discurso luso-brasileiro. Souza Docca por sua vez buscou dar uma identidade brasileira para o Rio Grande do Sul. Para ele, foi a fundação do Presídio de Jesus-Maria-José pelo brigadeiro José da Silva Paes, que iniciou o processo de colonização portuguesa na região. Othelo Rosa aprofundou a proposta lusitana, onde seu discurso historiográfico relacionou a região missioneira à ação espanhola e o guarani como estando ligado aos interesses castelhanos. Finalmente, Moysés Vellinho aprimorou o discurso da matriz luso-brasileira, tornando-se assim seu mais importante representante. Para ele o Rio Grande do Sul apresentou desde o início de sua história uma vocação natural para a sua brasilidade (GUTFREIND, Ieda. *Idem*, p. 45).

Em 1964 Vellinho publicou sua principal obra *Capitania d'El-Rei*: aspectos polêmicos da formação rio-grandense. Escrito em sua fase madura como pensador, o livro, dividido em seis capítulos, dedica praticamente um terço de seu conteúdo ao tema das missões jesuíticas. Vellinho defendia que o território de Sete Povos das Missões só veio a fazer parte do Rio Grande do Sul a partir de 1801 com o Tratado de Badajoz. De forma clara Vellinho afirma que a região missioneira era um espaço estranho ao espaço político do Rio Grande do Sul, mesmo passados vinte e cinco anos de sua oficial anexação ao território.

A vertente platina sobre a formação histórica do Rio Grande do Sul foi, por sua vez, aprimorada também ao longo dos anos 1920, sem, no

entanto, fazer uma apologia extremada da cultura espanhola. Também não possuía o mesmo caráter antagonista da matriz lusitana. Seus principais representantes foram Alfredo Varella, João Pinto da Silva, Rubens de Barcellos e Manoelito de Ornellas, que também não possuíam formação acadêmica em História.

Alfredo Varella entendia que o Rio Grande do Sul estava mais ligado aos orientais do que aos luso-brasileiros, sendo dessa forma um prolongamento do Vice-Reinado do Rio da Prata. A região missioneira foi, segundo ele, conquistada posteriormente pelos portugueses e anexada ao seu império colonial no século XVIII. João Pinto da Silva defendia que o Rio Grande do Sul possuía ao mesmo tempo aspectos culturais semelhantes diferentes em relação à região do Prata. Afirmava que a região missioneira fazia parte da história sul-rio-grandense, sendo o primeiro ensaio de sua civilização. Rubens de Barcellos via que os hábitos e costumes dos gaúchos campeiros em nada se distinguiam dos usos e práticas dos gaúchos orientais platinos. Reconhecia que a influência da região platina era maior na zona de campanha do que no literal.

Foi, no entanto, Manoelito de Ornellas o mais importante representante da matriz platina, pois em 1948 ao publicar *Gaúchos e beduínos: origem étnica e a formação social do Rio Grande do Sul*, não se deteve apenas na formação histórica e social sul-rio-grandense, mas procurou analisar essa formação a partir de suas origens ibéricas em Portugal e Espanha. Para a matriz lusitana o título do livro era uma deformação histórica, pois os ancestrais do gaúcho rio-grandense já estavam identificados nos portugueses, seja através dos bandeirantes, dos lagunistas ou dos açorianos.

O livro de Ornellas aborda as ligações históricas dos portugueses e dos espanhóis no povoamento de suas colônias americanas. Analisa as questões relativas da contribuição do negro, do açoriano, do espanhol e do indígena na formação cultural rio-grandense, e associa o gaúcho e o árabe a partir de suas lendas, superstições e poesia. Apesar de Ornellas não ter criado nenhuma corrente historiográfica inovadora, formou com outros estudiosos um grupo que procurou aprofundar suas investigações sobre as origens sul-rio-grandenses. Sem descuidar das origens luso-brasileiras, pretendia apenas destacar as influências platino-castelhanas.

Mergulhado nesse ambiente intelectual Erico Verissimo dialogou com as duas matrizes no episódio “A fonte”, problematizando as questões referentes à região de Sete Povos das Missões e suas vinculações com o Rio Grande do Sul.

II

Erico Lopes Verissimo nasceu na cidade gaúcha de Cruz Alta em 17 de dezembro de 1905, filho do casal Sebastião Verissimo da Fonseca e Abegahy Lopes Verissimo. Desde criança aprendeu a desenhar figuras humanas, animais, construções, aviões, navios e dentre outras coisas (hábito que o acompanhou por toda vida). Nos tempos de colégio não foi popular entre seus colegas de classe ou de internato, mas, isso devido a sua natureza tímida e retraída.

Não chegou a obter um título universitário regular, devido às dificuldades financeiras de sua família, pois se viu na obrigação de ajudar sua mãe na manutenção das despesas da casa e na educação de seu irmão Ênio e de sua irmã adotiva Maria. Portanto, diante dessa situação seu

aprimoramento intelectual continuou sendo feito através de suas leituras autodidatas.

A cosmovisão de Erico Verissimo se estruturou de um modo lento e progressivo, sintetizando conhecimentos históricos, geográficos, psicológicos e políticos, mas também elementos de teoria literária e construção romanesca que se desenvolveram a partir de suas leituras desde a juventude. Erico foi um ávido leitor de autores clássicos como Jules Verne, Aluísio Azevedo, Coelho Neto, Afonso Arinos, Machado de Assis, William Shakespeare, José de Alencar, Walter Scott, dentre vários outros. Afirmava ter recebido forte influência de Monteiro Lobato. Quanto a Semana de Arte Moderna de 1922, Erico Verissimo acompanhou de um modo precário o seu desenvolvimento, mas depois seguiu o movimento paulista, lendo o Manifesto antropofágico.

Em 1930 Erico se transferiu de Cruz Alta para Porto Alegre com o objetivo de viver da literatura. Na capital gaúcha estreitou laços de amizade com vários escritores importantes do Rio Grande do Sul daquele momento, como Augusto Mayer, Athos Damasceno Ferreira, Theodemiro Tostes, Ernani Fornari, Mário Quintana e Guilhermino César.

A partir de 1931 quando foi trabalhar na Editora do Globo, Erico passou a receber a influência literária de vários escritores estrangeiros que teve de traduzir como W. Somerset Maugham, Edgar Wallace, Horace McCoy, James Hilton e John Steinbeck. Desses autores, Aldous Huxley foi um dos que mais inspiraram a sua literatura, principalmente devido ao seu romance *Contraponto* (1928). Responsável pela tradução da obra em 1933, Erico aplicou a técnica do contraponto – desenvolvida por Huxley

– em seus romances *Caminhos cruzados* (1935) e *O resto é silêncio* (1943). Essa técnica consiste em mesclar vários pontos de vista divergentes das personagens diante das situações fragmentárias vividas por elas, sem, contudo, existir um eixo central condutor. Devido a essa técnica *Caminhos cruzados* foi considerado um marco na evolução do romance brasileiro.

A partir de sua primeira viagem ao Rio de Janeiro em 1935, Erico Verissimo passou a travar contato pessoal com outros autores da chamada Geração de 30, como Graciliano Ramos, José Lins do Rego e Jorge Amado. No que tange aos principais autores do debate historiográfico dos anos 30-40 sobre a identidade étnico-cultural gaúcha – Manoelito de Ornellas e Moysés Vellinho – Erico Verissimo manteve contato com ambos de forma constante e por longa data.

III

A trilogia *O tempo e o vento* (*O continente, O retrato, O arquipélago*), representa o ponto culminante da carreira literária de Erico Verissimo. Segundo seu filho Luis Fernando, na trilogia “não se sabe o que é mais espantoso, a ambição do autor ou o fato de que conseguiu realizá-la” (VERISSIMO, Luis Fernando. *Erico Verissimo, um escritor de vanguarda?* In: GONÇALVES, Robson P. (org.). **O tempo e o vento**: 50 anos, Santa Maria, RS: UFSM; Bauru, SP: EDUSC, 2000, p. 22).

Desenvolvida durante o interregno democrático vivido pela sociedade brasileira entre 1945 e 1964, a trilogia foi escrita e publicada entre 1947 e 1962. Quando Erico começou a redigir *O continente*, o Brasil dava seus primeiros passos para uma abertura democrática com a saída de Getúlio Vargas do poder após quinze anos de governo.

Durante essa época, segundo Flávio L. Chaves (CHAVES, Flávio Loureiro. *Erico Verissimo: o escritor e seu tempo*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001, p. 108), também surgiram outras obras de fundo histórico escritas por romancistas, que buscaram decifrar e representar a História da América Latina como *O senhor presidente* (1946) de Miguel Angel Astúrias, *O reino deste mundo* (1949) de Alejo Carpentier, *Memórias do cárcere* (1953) de Graciliano Ramos e *Os subterrâneos da liberdade* (1954) de Jorge Amado. Portanto, Erico Verissimo não estava isolado em procura de manter um diálogo entre a História e a Literatura.

Quanto ao gênero, *O tempo e o vento* pode ser incluído na vertente do romance histórico. Segundo Lukács, a eleição desse gênero literário, por parte de um escritor, não se constitui apenas como uma opção estética, antes, porém, por uma decisão sensível do autor de como melhor dialogar com seus leitores, e transmitir desse modo suas impressões historicamente assimiladas da vida de seu povo. Para Lukács

O vínculo com as tradições do romance histórico clássico não é uma questão estética em sentido estrito, corporativo. Não se trata de constatarmos que Walter Scott ou Manzoni são esteticamente superiores a Heinrich Mann, por exemplo,...; trata-se antes do fato de que Scott, Manzoni, Púchkin e Liev Tolstói apreenderam a vida do povo de maneira historicamente mais profunda, autêntica, humana e concreta que os escritores mais significativos de nossos dias, assim como do fato de a forma clássica do romance histórico ser um modo adequado de expressão da atitude dos autores diante da vida, e o tipo clássico da trama e a versatilidade da vida do povo como base da transformação na história. (LUKÁCS, György. **O romance histórico**. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 403.)

O romance *O continente* abrange a matéria das discussões historiográficas dos anos 30-40 acerca da fundação do Rio Grande do Sul. Durante essa época os debates estavam polarizados entre a matriz lusitana e a matriz platina. As controvérsias foram interessantes no sentido de que permitiram o desenvolvimento de um novo olhar sobre a história gaúcha. A matriz lusitana, como já se expôs, excluía o patrimônio histórico missionário da formação do Rio Grande do Sul, enquanto a matriz platina defendia a sua influência na formação do Estado gaúcho.

Por ocasião de seu lançamento *O tempo e o vento* não foi um sucesso imediato, pois apesar de Erico Verissimo ser associado à imagem de romancista financeiramente bem-sucedido e possuidor de boa erudição, era tido como um autor de obras de pendor popular, sem muito experimentalismo literário e de pouca profundidade de conteúdo. No entanto, com o passar dos anos sua trilogia assumiu uma posição relevante na produção ficcional brasileira angariando o respeito dos críticos e dos historiadores da literatura como Tristão de Athayde, Paul Teyssier, Didier Gonzalez, Lucia Helena, José Aderaldo Castello, além dos já citados Antonio Candido e Wilson Martins.

Em *O continente* – romance que contém o episódio “A fonte” – encontra-se uma obra como uma composição acabada, não demonstrando ser a primeira parte de uma trilogia. Isso ocorre porque a vida dos personagens de cada episódio se encerra no fim de cada narrativa. Além disso, a estrutura do romance se abre e fecha dentro uma moldura – o cerco ao Sobrado durante a Revolução Federalista – que estabelece um ritmo próprio e autônomo em relação aos outros episódios do volume, que tem início, meio e fim no conjunto da história (BORDINI, Maria da

Glória. ZILBERMAN, Regina. **O tempo e o vento**: história, invenção e metamorfose. Porto Alegre: EDIPUCRS, p. 29).

Tanto a moldura quanto os episódios que relatam a formação do clã Terra-Cambará estão ambientados em um pano de fundo histórico, que permite narrar concomitantemente tanto a história do Rio Grande do Sul quanto a saga do clã. Erico Verissimo realizou um paralelo narrativo entre ficção-história (BORDINI, Maria da Glória; ZILBERMAN, Regina. *idem*, p. 29).

Quanto ao seu título – A fonte – o substantivo feminino “fonte” vem do latim *fontis* e significa “nascente de água” (Dicionário Aurélio online: <http://www.dicionariodoaurelio.com/fonte>, acessado em 03/05/15), e está sendo usado por Verissimo de modo figurado como “causa, origem, princípio, causa primária de um fato” (Dicionário Houaiss online da língua portuguesa: <http://www.dicio.com.br/houaiss/>, acessado em 03/05/15). O artigo definido “a” determina o tipo de origem, isto é, o capítulo fixa não uma fonte qualquer, mas a verdadeira fonte (origem) do estado do Rio Grande do Sul.

No que se refere a questão sobre as origens do Rio Grande do Sul, Erico Verissimo assume no episódio uma posição de diálogo entre a matriz platina e a matriz lusitana. Ao eleger a região missioneira como pano de fundo do primeiro episódio de seu romance histórico, e ao constituir Pedro Missioneiro como o personagem fundador do clã Terra Cambará, inclui na sua representação da origem histórica do Rio Grande do Sul a vertente platina sem, no entanto, excluir a lusitana, pois une Pedro Missioneiro com Ana Terra (configurada no romance como descendente

de bandeirantes paulistas). Partindo desse ponto Erico ofereceu a sua cosmovisão sobre a formação ético-cultural de seu Estado.

Tendo em vista os aspectos apontados ao longo deste texto pode-se observar que, a formação intelectual de Erico Verissimo recebeu a influência do romance histórico (clássico) de escritores como Scott, Alencar e Tolstói, além da técnica do contraponto desenvolvida por Aldous Huxley. Seu relacionamento pessoal e intelectual com pensadores gaúchos como Manoelito de Ornellas e Moysés Vellinho (dentre outros) o mantiveram plugado com as questões políticas e historiográficas do Rio Grande do Sul. Foi a partir desse aparato literário e historiográfico trabalhado ao longo de sua vida até os anos 40, que Erico Verissimo construiu a criação de sua trilogia *O tempo e o vento*.

De formação autodidata, Erico pôde construir uma abordagem estética e política peculiar em sua trilogia. Relacionado a segunda geração de autores modernistas (romance de 30), Verissimo apresentou no episódio “A fonte” uma proposta conciliadora para os debates historiográficos de sua época. Portanto, meu objetivo é analisar essa proposta através das representações feita por Erico Verissimo sobre as missões jesuíticas em Sete Povos, problematizando as suas relações culturais, religiosas e políticas dessa região com a formação do Rio Grande do Sul.

* Francisco Carlos Ribeiro é mestre pelo Programa de Estudos de Pós-Graduação em História da PUC-SP. E-mail: fcr.mestrado@outlook.com